Introdução

No período medieval, o conceito de família, com seus ideais de intimidade e privacidade, era desconhecido, existindo apenas a ideia de linhagem, que se baseava nos laços consangüíneos. A família não tinha, então, função afetiva, visando somente à sobrevivência de seus membros, já que o mundo externo não permitia que homens e mulheres vivessem isoladamente (ARIÈS, 1981). As moradias funcionavam como unidades de produção, onde se fabricava gêneros alimentícios, utensílios domésticos e objetos pessoais (COSTA, 2004). Em função disso, as trocas afetivas eram realizadas entre a família e a comunidade, de modo que a rua medieval era uma extensão das casas (ARIÈS, 1981).

Com a Revolução Industrial, houve uma cisão entre casa e trabalho, ocorrendo uma desvalorização econômica do ambiente doméstico. Nesse momento histórico, a família perdeu gradativamente a função de manter a subsistência de seus integrantes, pois, nas cidades, começou a existir uma ampla rede de serviços, de modo que as pessoas não precisavam mais do grupo familiar como fator indispensável à sobrevivência. Assim, as permutas entre família e comunidade deixaram de existir, tornando o afeto fundamental no ambiente familiar (JABLONSKI, 1998).

Num mundo cada vez mais competitivo, o lar passou a ser percebido como um lugar acolhedor, onde era possível proteger-se da insensibilidade do mundo público. A família passou a ter, então, uma função afetiva, de maneira que as vivências mais profundas dos sujeitos foram vinculadas às concepções de amor conjugal. A família começou a ter a função de dar continência às necessidades afetivas de seus elementos, permitindo e estimulando suas vivências regressivas, indispensáveis para seu equilíbrio psíquico (GOMES, 1992). Dessa forma, o projeto de formar uma família constitui-se a partir do desejo de que o laço conjugal proporcione as mesmas satisfações emocionais experimentadas na infância ou, ao contrário, compense o que faltou. A densidade emocional é, portanto, uma característica da família, uma vez que cada membro que a compõe é fundamental na vida psíquica do outro (PORCHAT, 1992).

Féres-Carneiro (1998) também ressalta a densidade emocional que caracteriza a vida privada, considerando que “na sociedade contemporânea os indivíduos divorciam-se não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não

corresponda às suas expectativas” (p.383). Segundo Berger e Kellner (1964), o casamento é a base dos relacionamentos na esfera privada, sendo uma das principais áreas de auto-realização social. Para os autores, o casamento atribui uma determinada ordem à vida dos sujeitos, que passam a experimentá-la com mais sentido. No mundo contemporâneo, o casamento ocupa um lugar privilegiado entre as relações sociais, pois é uma relação de significação muito intensa, sendo caracterizada por um alto grau de envolvimento afetivo e intimidade.

As estatísticas brasileiras confirmam as expectativas elevadas em relação ao casamento. De acordo com dados do IBGE (2011), no Brasil, houve um crescimento de 45,6% no total de divórcios, em relação ao ano de 2010. Esses índices apontam a relevância de estudos sobre os diversos aspectos da separação conjugal. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o processo de dissolução da conjugalidade, incluindo o luto decorrente do referido processo. Tendo em vista esse propósito, este estudo compara os discursos de homens e mulheres sobre a separação conjugal, identificando seus sentimentos e analisando sua relação com os ex-cônjuges.

No primeiro capítulo, são abordados os aspectos sociais e históricos do amor e do casamento. Ao longo da história, o amor teve diversas formas de expressão, não estando a princípio vinculado ao casamento. O amor tornou-se a razão para o casamento quando surgiu uma cultura familiar que valorizava, entre vários aspectos, o amor entre os cônjuges como condição de felicidade. Nesse contexto histórico, a figura da mulher era idealizada, de maneira que ela era percebida como a grande responsável pela harmonia do lar e, principalmente, pelo desenvolvimento saudável das crianças. Essa situação encarcerava a mulher no ambiente doméstico, garantindo o domínio do homem no espaço público. O casamento era caracterizado, então, pela dicotomia público-privado (VAITSMAN, 1994).

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, esse cenário modificou-se, pois essa dicotomia, que confinava a mulher no espaço privado, deixou de existir. A mulher tornou-se mais independente afetiva e economicamente, de forma que a livre escolha no casamento transformou-se em uma possibilidade efetiva (VAITSMAN, 1994). Por outro lado, valores tradicionais permeiam ainda as relações de gênero. Apesar de o discurso social defender uma conjugalidade igualitária, prevalece, no casamento e na família, a antiga divisão de trabalho e responsabilidades. A mulher continua assumindo o cuidado da casa e dos filhos,

como também, percebendo o homem como o provedor da família (ROCHA-COUTINHO, 2009).

Quanto à sexualidade, tradição e transformação caminham também lado a lado. Nos dias atuais, a sexualidade é uma qualidade dos indivíduos e suas relações, de modo que homens e mulheres entendem o prazer sexual como fundamental para um casamento satisfatório (GIDDENS, 1993). A popularização dos métodos contraceptivos equiparou os cônjuges no que diz respeito ao exercício da sexualidade, pois as mulheres começaram a ter relações sexuais sem temer a gravidez (MEZAN, 2003). As mulheres tornaram-se, portanto, mais exigentes amorosamente, não aceitando com fato “natural” a infidelidade masculina (GOLDENBERG, 1995). Em contrapartida, apesar de as mulheres questionarem a dupla moral masculina, estudos revelam a sua permanência, indicando que existe ainda uma socialização diferenciada para meninos e meninas (JABLONSKI, 2009).

Ainda, no primeiro capítulo, o conflito entre individualidade e conjugalidade é estudado. Os casais contemporâneos deparam-se com a difícil tarefa de conciliar essas duas forças paradoxais. Ao mesmo tempo em que a individualidade é um valor extremamente validado na contemporaneidade, ideais românticos de intimidade e completude perpassam ainda os vínculos amorosos. Assim, o casamento contemporâneo deve sustentar a busca de autonomia e realização pessoal dos cônjuges e, simultaneamente, construir uma zona comum de interação, onde serão concretizados os desejos e projetos conjugais (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

No segundo capítulo, são discutidas as questões relacionadas à dissolução da conjugalidade. A separação conjugal, assim como o casamento, pode ser entendida como um ritual de passagem, sendo um dos momentos de transição mais sofridos e traumáticos do ciclo de vida (PEREIRA, 2003). Durante o desenlace conjugal, faz-se necessário reconstruir a própria identidade, independente do ex-parceiro e do casamento. Esse processo pode ser, por um lado, lento e doloroso e, por outro, proporcionar sentimentos de gratificação, em função da liberdade readquirida (FÉRES-CARNEIRO, 2003a).

Como acontece no casamento, diferenças de gênero evidenciam-se no processo de dissolução da conjugalidade. Enquanto as mulheres sentem-se sobrecarregadas pelo acúmulo de tarefas advindo da separação, os homens sofrem pela perda de contato diário com os filhos, tendo que lidar com seus próprios sentimentos de solidão, raiva e culpa (BRITO, 2008). Da mesma forma, é possível identificar semelhanças entre homens e mulheres no processo de

separação conjugal. Ambos preocupam-se com a reação dos filhos, tendo dificuldade em comunicar-lhes a decisão de separação (DOLTO, 2003; WALLERSTEIN e KELLY, 1998). Sentimentos de crescimento pessoal aparecem também na fala de homens e mulheres no período pós-separação (WALLERSTEIN e KELLY, 1980).

Por último, o processo de luto é analisado no contexto da separação amorosa. A elaboração do luto requer a integração dos aspectos positivos e negativos do outro, eliminando a lógica adversarial em que existe um *culpado* e um *inocente*. Essa lógica binária mantém-se nos casos de conflito e litígio, de maneira que os ex-cônjuges ficam impossibilitados de fazer uma diferenciação entre questões conjugais e parentais. O litígio conjugal fica, então, a serviço da perpetuação do vínculo, atendendo às necessidades de ataque e defesa dos ex-cônjuges (SHINE, 2002).

No terceiro capítulo, a pesquisa de campo é apresentada, o que inclui o método, sujeitos, instrumentos, procedimento de coleta e de análise dos dados. O quarto capítulo consiste na análise e discussão dos resultados. Os dados são analisados qualitativamente, sendo articulados com a fundamentação teórica.

Finalmente, as considerações finais apresentam os principais resultados. Nesta pesquisa, foi possível constatar que, enquanto as mulheres sofrem pela perda do ideal de amor, os homens precisam elaborar a perda de contato diário com os filhos. Por outro lado, algumas semelhanças também foram identificadas no discurso de homens e mulheres. Ambos sofrem pela perda da família como ideal, como também, permanecem atentos em relação aos filhos, demonstrando que não têm sua capacidade parental diminuída no período pós-separação. O conflito entre individualidade e conjugalidade aparece em algumas categorias de análise, indicando a dificuldade dos entrevistados em equilibrar essas dimensões contraditórias.